



Anais da Assembléia

Nº 144

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 1991.

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 118.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pesutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Élio Rusch, José Arthur Ritti, Luiz Antônio Setti e Mário Bezerra (08). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eurides Moura (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, sejam abonadas as faltas verifica-

das nos dias 31 de outubro e 04 de novembro do corrente, que se justificam pelo acompanhamento do Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, vice-Governador e Secretário dos Transportes, em visita aos Municípios da Região Oeste do Estado, conforme programação anexa.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) DUÍLIO GENARI

"Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Por determinação do Deputado, passaremos a programação e visita aos municípios que menciona, do Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira - Secretário de Estado dos Transportes e vice-Governador do Paraná.

DIA 31 DE OUTUBRO - 5.ª FEIRA:

- 08h30 - IBEMA
- 10h30 - CAMPO BONITO (Assinatura de convênio, título de Cidadão Honorário e almoço)
- 15h00 - CATANDUVAS
- 17h30 - OURO VERDE
- CASCAVEL (pernoite)

DIA 01 DE NOVEMBRO - 6.ª FEIRA

- 08h30 - VERA CRUZ DO OESTE
- 10h00 - DIAMANTE DO OESTE
- 12h00 - MATELÂNDIA
- 15h00 - MISSAL
- 18h00 - SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
- CASCAVEL (Pernoite)

DIA 02 DE NOVEMBRO - SÁBADO

- 07h30 - CASCAVEL (Secretário visita a BR-277/Pernoite)

DIA 04 DE NOVEMBRO - 2.ª FEIRA

- 08h00 - CAMPINA DA LAGOA (Assinatura Convênio e inauguração Ponte s/Rio Azul I 12,80m e Rio Azul II 12,80m)
- 10h30 - UBIATÁ (Assinatura Convênio e Inauguração Ponte s/ Rio Tricolor 41,00m)
- 12h30 - BRAGANEI (Assinatura de Convênio e almoço)
- 16h00 - NOVA SANTA ROSA (Assinatura de Convênio)
- 18h00 - PALOTINA (Assinatura de Convênio e jantar)
- CASCAVEL (pernoite)

Se reveste de suma importância a visita do Senhor Secretário aos Municípios, o que representa reconhecimento do Governo Requião à nossa Região Oeste com execução de obras que auxiliarão no desenvolvimento.

Olavo Rohde
Chefe de Gabinete

OFÍCIO N° 449/91

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para apresentar justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares deste dia 04 de novembro, tendo em vista compromissos assumidos na Região junto ao eleitorado.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, reiterar a Vossa Excelência as minhas cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) MÁRIO BEZERRA

OFÍCIO N° 716/91

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Élio Lino Rusch, não estará presente na sessão plenária de hoje, pois continua na Região Oeste do Paraná acompanhando o vice-Governador e Secretário dos Transportes, Senhor Mário Pereira.

Ao azo, renovo meus melhores protestos de estima e de consideração.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) Harto Viteck
Chefe de Gabinete

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento de discussão do Projeto de Lei n° 198/91, constante da Ordem do Dia desta sessão em 2. Discussão, por 3 sessões.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Rafael Greca de Macedo

REQUERIMENTO N° 2939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 2937

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimen-

Curitiba, segunda, em 04.11.91

tais, REQUEREM a formação de uma Comissão Interparlamentar para intervir nas negociações junto ao Governador do Estado do Paraná, Senhor Roberto Requião, sobre a greve dos servidores estaduais da saúde.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Apoiamento: Algaci Túlio

JUSTIFICATIVA:

Os servidores da Saúde do Estado do Paraná estão em greve há 34 dias e não existe vontade política do governador em atendê-los para responder às reivindicações da categoria.

Os servidores em greve tiveram seus salários reduzidos pela metade, devido aos descontos, passando assim por muitas dificuldades. A maioria ganha de 01 (um) a 2 (dois) salários mínimos.

A situação da Saúde no Estado está caminhando para o caos, pois os hospitais da rede pública não estão atendendo (São Roque, Adauto Botelho, Regional de Cascavel, Polícia Militar e outros); os hospitais da rede privada, em alguns municípios também não estão prestando atendimento por falta de pagamento do INAMPS.

Neste sentido a população paranaense está sendo prejudicada, sofrendo por essa política de saúde implantada.

A necessidade da negociação entre Governo e Servidores é urgente, por isso propomos a criação da Comissão para que contribuam neste processo, que com certeza cumprirão com seu papel de representantes da população.

REQUERIMENTO N° 2938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais vem REQUERER, seja deferido uso da tribuna, após a sessão de hoje, ao Senhor Gladir Basso, Presidente da Federação dos Bancários do Paraná, com objetivo de trazer a esta Casa a preocupação da categoria sobre as notícias de demissões no BANESTADO.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 2928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Adib Farah ocorrido no dia 31 de outubro do corrente ano, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Adib Farah, conhecido em Paranaguá como Ciro Farah, durante mais de 35 anos

exerceu as atividades profissionais de alfaiate, casado com a Senhora Ramsa Chaubaid Farah.

Ciro Farah, foi conselheiro de Clubes como o Litterário, Republicano, Olímpico, Seletor, Rio Branco, pessoa bem relacionada em todos os círculos sociais.

Requeiro ainda, que do presente se dê ciência a família e filhos, do referido requerimento.

Endereços:

Ramsa Chaubaid Farah - Rua Júlia da Costa, n° 536 - Paranaguá.

Chafi Farah - Rua XV de Novembro, n° 890 - Paranaguá.

Fuad Farah - Câmara Municipal de Paranaguá.

José Eduardo Chaubaid Farah - Centro de Saúde de Paranaguá.

Paulo Roberto Farah - Prefeitura Municipal de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 2934

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder votos de congratulações pela fundação da Federação dos Trabalhadores em Educação no Estado do Paraná - FETEPAR.

Fundada em 27 de junho deste ano, a FETEPAR é entidade sindical de 2° grau, com sede na Rua Desembargador Westphalen, 1927, nesta Capital, constituída pelo Sindicato dos Professores no Estado do Paraná, SINPROPAR; Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Estado do Paraná, SAAEPAR; Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Londrina, SAAEL e os Sindicatos de Paranaguá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais na área de educação.

A FETEPAR, que é presidida pelo Professor Sérgio Gonçalves Lima, tem por objetivo a unidade e o fortalecimento dos profissionais da área educacional, bem como o permanente acompanhamento das questões ligadas ao ensino, no intuito de contribuir para a solução dos problemas que afetam a educação.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2935

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder votos de congratulações à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Londrina pela indicação para receber o Prêmio Qualidade Brasil-91.

Esse prêmio, outorgado pela "Internacional Exporter's Service", tem abrangên-

cia nacional e teve como critério de escolha pesquisas de opinião, que avaliam o desempenho e a qualidade das instituições em suas áreas de atuação. Assim, a Santa Casa de Londrina é o primeiro hospital do Paraná e o terceiro do Brasil a recebê-lo, como reconhecimento ao impecável trabalho que presta à população na área da saúde.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2936

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações pela inauguração da Casa do Hemofílico.

Sonho de Walter Sprengel e de todos os hemofílicos do Paraná, a Casa do Hemofílico tornou-se realidade no último dia 29 de outubro, num esforço conjunto da Associação Paranaense dos Hemofílicos e do Banco Bamerindus.

Walter Sprengel trabalhou durante toda a vida para que se concretizasse uma necessidade de uma classe desassistida e discriminada. A inauguração da Casa do Hemofílico vai de encontro a esse sonho e constitui-se num marco na luta dos hemofílicos pela vida.

Que do presente seja dada ciência à Associação Paranaense dos Hemofílicos e ao Banco BAMERINDUS.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2931

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, seja encaminhado FAX ao Governador Roberto Requião, ao Secretário da Fazenda, Heron Arzua e ao Presidente do BANESTADO, Heitor Wallace de Mello e Silva, solicitando a imediata suspensão das demissões que estão ocorrendo no Banco do Estado do Paraná, e que têm levado à intranquilidade aos funcionários daquela instituição bancária.

Requer ainda, seja dada ciência do presente à Federação e aos Sindicatos dos Bancários do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(aa) ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Algaci Túlio.

REQUERIMENTO N° 2932

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, o envio de expediente ao

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Melo, solicitando a demarcação imediata do território IANOMANI, que corresponde a uma área contínua de 9.419.108 hectares nos Estados de Roraima e Amazonas.

Requerem ainda, seja dada ciência do presente à Comissão Pela Criação do Parque Ianomani e ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A área acima descrita é conhecida historicamente como de ocupação contínua dos Índios Ianomani desde tempos imemoriais. Registros históricos dão conta que eles habitam a área há mais de três mil anos, sendo o maior grupo étnico existente e, também a cultura mais preservada entre as mais antigas que povoam a face da terra.

Acuados desde 1970 com a construção da BR-210 (Manaus-Caracará), que determinou o avanço das frentes pioneiras trazendo a doença e a morte para o seio das comunidades Ianomani, principalmente com a vinda de garimpeiros que lhes causaram centenas de mortes por doenças, conflitos e destruição de vários grupos de malocas, numa flagrante violação do Artigo 231 da Constituição Federal.

É neste sentido que esperamos que se conclua o mais brevemente a demarcação das citadas terras, para que entre os muitos desastres do momento atual, a questão Ianomani não seja a nódoa mais vergonhosa a denegrir para sempre a história brasileira.

REQUERIMENTO N° 2933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições gerais e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado pedido de informações ao Digníssimo Senhor Secretário de Segurança do Estado do Paraná, Doutor José Moacir Favetti acerca das providências tomadas para coibir os frequentes assaltos aos ônibus de turismo que demandam ou partem de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O requerimento prende-se ao fato de que mais e mais vezes a população toma conhecimento dos repetidos assaltos realizados em veículos de transporte coletivos.

Na semana que passou, outros seis ônibus de turismo foram vítimas da ação dos assaltantes que estão atuando cada vez com mais audácia. Entre os ônibus assaltados no último fim de semana, até mesmo uma delegação de jogadores de futebol foi vítima

da violência e do constrangimento de se ver lesada de seus pertences.

O pior, é que até aqui, os protestos e a indignação das vítimas não conseguiram sensibilizar as autoridades, que se mostram incapazes ou indiferentes diante do problema.

O que, para o Paraná, representa uma propaganda altamente negativa, uma vez que nos mostra como terra de bandoleiros, sem segurança e sem leis.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 497/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado "RODOVIA MÁXIMO JAMUR", a Rodovia Estadual PR-412, no trecho Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

A presente Lei visa dar denominação de "RODOVIA", à Rodovia Estadual PR-412, no Município de Guaratuba.

Insta salientar, que o homenageado já falecido, nasceu em 08 de janeiro de 1893, chegando em Guaratuba no ano de 1914, foi comerciante durante 48 anos ininterruptos, atuando em diversas áreas como secos e molhados, serraria, engenho de arroz, fornecia sementes para plantas aos pequenos agricultores.

Na época da construção da estrada Garuva-Guaratuba, forneceu mantimentos de graça aos operários, como colaboração na execução da obra, efetuou durante anos o transporte de passageiros entre o porto de passagem e a Cidade de Guaratuba (hoje Ferry-Boat), através de contrato com o Governo do Estado em lancha de sua propriedade.

Na época em que era comerciante adotou o sistema de parceria aos pequenos agricultores e pescadores, somente recebendo o pagamento com o próprio produto, após a pesca ou colheita, foi Juiz de Paz, nomeado pelo Interventor Manoel Ribas, foi camarário municipal (como eram chamados os vereadores da época.)

Passados 33 anos após a sua morte, sempre é lembrado com respeito e consideração, pela sua alta postura de moralidade, bondade e respeito pelo mais humilde, visto que desempenhou tão nobres tarefas e com êxito, pois influenciou seus descendentes e entes próximos que também desempenharam importantes funções, como seu filho Miguel Jamur, que ocupou a Prefeitura

de Guaratuba por 03 legislaturas e Nicolau Jamur Sobrinho, Vereador por 04 legislaturas, nada mais justo que homenageá-lo com a denominação, com seu nome, da rodovia citada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada fomos procurados por alguns alunos do curso de Engenharia de Alimentação da Universidade Católica do Paraná. Estes alunos procuraram não somente a mim, mas a vários dos Senhores Deputados para lamentar e colocar a situação em que se encontra aquela Universidade.

Eu, como ex-aluno também daquela Universidade, constatei que muitos dos problemas que existiam, já desde a década de setenta ainda persistem até hoje. A Universidade Católica do Paraná, quando tem algum professor que faz qualquer tipo de questionamento ideológico, geralmente é sumariamente demitido. Qualquer professor que questione qualquer ponto da administração também. São demitidos.

Estes alunos disseram-nos que existe no curso deles vários professores desqualificados. Desqualificados porque o professor que deseja pensar, professor que deseja pesquisar, que deseja trabalhar corretamente é demitido. Se a Universidade faz a perseguição a estes professores é porque ela não deseja o bom ensino. E se ela não deseja o bom ensino, ela tem bibliotecas insuficientes, as aulas não são bem ministradas e os laboratórios são inadequados.

Tudo isso são denúncias que estes alunos nos trouxeram. Disseram estes alunos que a usina piloto de alimentos está inacabada e sem infra-estrutura para acolher os alunos; apesar de todas estas deficiências, destas perseguições aos professores e da demissão daqueles que se dispõem a conscientizar os alunos e fazer um ensino mais crítico, a Universidade Católica do Paraná não tem poupado o bolso dos seus alunos.

Para o mês de janeiro, os aumentos das mensalidades serão acima de 100%. E estes alunos nos informaram que o curso de medicina será mais de 500 mil por mês para o aluno que lá quer continuar.

Nós estamos nesta tribuna denunciando a péssima qualidade de ensino dado por esta Universidade. E estamos denunciando o preço aviltante que as Universidades privadas brasileiras têm cobrado. E ao mesmo tempo, cobramos do Estado que cumpra o que está escrito na Constituição, que educação

é um direito do cidadão e um dever do Estado. Sendo um dever do Estado, é obrigação deste dar a escola pública nos três níveis: primário, secundário e universitário. E o setor privado, se for atuar, vai atuar como setor complementar do ensino público, e não simplesmente como opção, por estar o ensino público com suas vagas lotadas, e não tendo outra maneira de fazer os seus estudos são forçados a procurar este setor.

Nós entendemos que o Estado deve responder às necessidades da sociedade, deve responder no setor de educação e saúde, principalmente. E é toda sua a responsabilidade da formação escolar de todo cidadão brasileiro. Esta responsabilidade o Estado não tem assumido, e mais, além de não ter assumido ainda drena verbas públicas para o setor privado!

Nós entendemos que estas verbas devem se ater somente ao pagamento das escolas públicas, e não como o MEC tem referido 40% do seu orçamento para a universidade privada, quando deveria pagar melhor a universidade pública, ampliar e melhorar a quantidade e a qualidade dessas escolas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti, no Horário do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para prestar um esclarecimento a esta Casa, e em especial ao Deputado Mário Bezerra, mas me parece que o mesmo não se faz presente na sessão, e tendo em vista por ele reivindicado, na tribuna desta Casa, e posteriormente através de um pedido de Informação, solicitando que fosse enviado a esta Casa e em especial a Sua Excelência, o Deputado Mário Bezerra, cópia de fita que vem sendo veiculada através da TV Educativa, com respeito a problemas havidos na região de Assis Chateaubriand, envolvendo nomes, por ele citados, como o caso Ferreirinha.

Por determinação de Sua Excelência o Senhor Governador, nós já estamos de posse da fita e na ausência do Deputado Mário Bezerra, fazemos entrega a Vossa Excelência para que faça chegar às mãos do mesmo o requerido por ele, na última semana.

Já está aqui a fita por ele reivindicada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário reservado ao PT, concedo a palavra

ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Inicialmente gostaríamos de alertar o Governo do Estado do Paraná, a respeito da preocupação que assola o Paraná inteiro, com respeito à condução, à forma e os métodos utilizados pelo Governo do Estado, com relação à greve dos servidores da saúde.

Ainda mais neste momento em que o Governo Federal tem, reiteradamente, atrasado o repasse dos pagamentos dos procedimentos hospitalares aos hospitais particulares do Estado e no País, e nós temos notícias de que muitos hospitais, hoje, sequer estão atendendo os conveniados.

Isso tem trazido ao Paraná, na área de saúde, uma situação extremamente grave, e nós não poderíamos deixar de registrar com muita preocupação, a omissão criminosa com que as autoridades públicas do Estado do Paraná, têm tratado esta questão, simplesmente nada fazendo, deixando as coisas acontecerem, enquanto a população carente, que necessita dos serviços de saúde pública, sofre a cada dia que passa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós também hoje entramos com um requerimento, junto a esta Casa, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, pedindo ao Governador que suspenda, imediatamente, as demissões que estão ocorrendo no BANESTADO.

Temos notícias do sindicato, através da Federação do Sindicato dos Bancários, que estão ocorrendo cerca de 100 demissões mensalmente, no BANESTADO do Paraná.

As notícias dão conta de que há uma previsão de enxugamento de cerca de 10% do corpo funcional do Banco do Estado do Paraná.

E eu não precisaria aqui lembrar a Vossas Excelências, inclusive até porque trata-se de matéria publicada nesta semana nos jornais do Paraná, que o nosso Governador do Estado vai a encontros sindicais e propõe a criação de câmeras de compensação que teriam o objetivo de reunir empresários e trabalhadores para que juntos, nesse momento de recessão, encontrassem fórmulas para evitar a demissão de trabalhadores.

Num momento em que o desemprego é muito grande, nesse momento em que a atividade produtiva não tem condições de absolver trabalhadores desempregados, o nosso Governador, publicamente condena essas demissões ocorridas nas empresas.

Como nós entendemos que uma das qualidades mais importantes do político, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é a coerência, esse Governador que tem dito pela mídia, pela televisão, que não irá efetuar

demissões no Estado do Paraná, dos seus funcionários, exatamente para não aumentar a fila dos desempregados do nosso Estado, não é possível que ao mesmo tempo em que se propague isso perante a mídia, ao mesmo tempo em que o Governador vai fazer um discurso contra o desemprego, puxando a orelha de operários nas Assembléias de trabalhadores, esse mesmo Governo esteja demitindo funcionários do Banco do Estado do Paraná.

Segundo denúncias, essas demissões não têm obedecido critérios objetivos, elas têm servido para eliminar nas agências dos bancos aqueles elementos que muitas vezes não são do interesse, entre aspas, da administração, outros servidores que sofrem problemas de invalidez ou até mesmo de doenças, estão sendo sumariamente demitidos do Banco do Estado do Paraná, e são exatamente esses funcionários do banco que nesse momento de dificuldade talvez mais do que outros, necessitem do seu emprego.

E finalmente, nós não podemos admitir que mais uma vez o ônus sobre a crise, e em especial os desmandos administrativos praticados no Estado do Paraná, que foi utilizado como caixa dois do Governo durante as eleições passadas, agora que esse ônus recaia exatamente sobre aqueles que apenas uma coisa tem, que é o seu trabalho e dependem do seu trabalho para sobreviver.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Eu me somo à preocupação de Vossa Excelência e vejo quando Vossa Excelência cita o problema dos funcionários da saúde.

Eu acredito que a partir do momento em que a imprensa do Paraná divulgou a postura do Governo do Estado referente à greve dos metalúrgicos, achando essa greve justa, esse movimento justo e dizendo que de fato esses trabalhadores deveriam se mobilizar para exigir os seus direitos, eu creio que a partir desta semana o próprio Governo do Estado deve ter uma postura diferente em relação aos seus servidores.

Quem sabe a partir desta semana, ele se conscientizou de que também num serviço público nós temos trabalhadores que estão sendo explorados, que estão ganhando um salário de fome e que não têm com quem negociar.

Quando exige que o empresário abra as portas da negociação para os seu trabalhadores, obviamente nós queremos crer que o Governo do Estado está se conscientizando de que em sete meses de Governo o que ele fez, foi fechar a porta aos trabalhadores.

Então, eu me somo com Vossa Excelência e obviamente o discurso que Vossa Excelência faz aqui neste momento, e nós endoga-

mos, tem esse objetivo, quem sabe a partir desta semana nós teremos também no serviço público do Paraná, nos diferentes segmentos, as portas abertas do Governo do Estado para se discutir uma política salarial, para se discutir uma proposta de reajuste, porque neste ano os trabalhadores do serviço público do Estado, não tiveram ainda reajuste e não tiveram com quem negociar.

Por quê? Porque não têm uma política salarial e no momento em que tinha uma data base criada por esta Casa através de Mensagem do ex-Governador, esta Casa, por iniciativa do atual governo do Paraná, a derrubou.

Então, eu creio que o que Vossa Excelência traz a esse Plenário vai consolidar o pronunciamento e a posição do Governador referente ao movimento dos metalúrgicos do Paraná, inclusive onde ele se fez presente porque ele não tem recebido funcionário em greve.

Agora, é muito estranho esta postura, em ir ao encontro daqueles que fazem greve em empresas que não são do Estado e não tenha o mesmo tipo de tratamento com as empresas do Estado e seus trabalhadores.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Concluindo, Senhor Presidente, é lamentável que mais uma vez verifiquemos que o Governador do Estado do Paraná tem sido muito generoso em aplicar conselhos aos outros, todavia, não tem seguido seus próprios conselhos.

É o que se verifica, por exemplo, das denúncias que estão sendo feitas contra o ex-Governador Quéricia.

Quando se exige lá explicações, transparências, aqui no Paraná, infelizmente, as indagações da bancada da oposição nem tem recebido guarida por parte do Governo.

Não tem recebido as explicações.

É um Governo que vai à televisão defender os trabalhadores numa assembleia de uma categoria da iniciativa privada, lá faz sugestões que não aplica e se recusa a adotar.

Quer dizer, o caminho é exatamente o inverso das palavras, das posições que este governo assume perante a imprensa.

O Paraná, nós já tínhamos alertado, nós não precisamos mais deste tipo de comportamento de nossos governantes.

Queremos um Governo que faça menos barulho, que não fique parecido com a banda, mas que comece a adotar medidas concretas, medidas coerentes com aquilo que prega.

Isto que o Paraná está esperando.

Só lembrando que a nossa preocupação em relação às demissões do BANESTADO, já foi manifestada nesta tribuna na semana passada e, até o momento, sequer a lide-

rança do Governo se dignou a responder as nossas preocupações e indagações.

Era isto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consultamos a liderança do PL.

(Declina).

Liderança do PST.

(Declina).

Liderança do PFL.

(Declina).

Está encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 449/91, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência na presente Sessão Plenária, em virtude de compromissos na sua região junto ao eleitorado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 716/91, subscrito pelo chefe de gabinete do Sr. Deputado Elío Rusch, comunicando que o mesmo estará ausente na presente Sessão, acompanhando o Sr. vice-Governador e Secretário dos Transportes, na Região do Oeste do Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando para que sejam abonadas suas faltas nos dias 31 de outubro e 04 de novembro do corrente ano, em virtude de visita aos Municípios da região Oeste do Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 121/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, denomina como "Escola Estadual José Fressato", (Ensino de 1° grau), o estabelecimento educacional que especifica, nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 198/91, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, altera o Artigo 2°, da Lei n° 6.470, de 22.10.73, acrescenta parágrafos e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C., por unanimidade. EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 198/91. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei 198/91.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 198/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, objetiva alterar o artigo 2º, da Lei nº 6.470, de 22 de outubro de 1973, na forma que especifica.

O Plano de Lei em exame recebeu emendas de Plenário de 3ª. Discussão, que são o objeto da presente análise.

As emendas de números 01 e 02, de autoria respectivamente, da nobre Deputada Emília Belinati e do nobre Deputado Algaci Túlio, receberam apreciação sob os aspectos constitucionais, legais e regimentais, sendo que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação legislativa, estando as mesmas em condições de serem analisadas pelo Douto Plenário desta Casa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL à normal tramitação das emendas apresentadas ao Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que dá nova redação à Lei nº 5971/69, (Fundo de Crédito Agropecuário). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 247/91

Dê-se ao Artigo 5º da Lei 5971/69, em alteração pelo Projeto de Lei nº 247/91, a seguinte redação:

"Art. 5º - Os recursos do Fundo de Crédito Agropecuário serão aplicados para atendimento exclusivamente aos proprietá-

rios detentores de área não superior a 3 (três) módulos rurais, diretamente ou através de seus órgãos associativos."

Sala das Sessões, em 04.11.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO;

ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

Apoio: Albino Corazza, Paulo Maia e Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

A legislação brasileira - tampouco a paranaense - define critérios sobre o que representam pequenos produtores, ou micro, ou médios etc...Existem, isso sim, algumas propostas em discussão, como o projeto de lei agrícola estadual ou projeto de lei federal tratando da matéria.

Buscando evitar que o texto legal tenha sua aplicação prática inviabilizada por força da indefinição mencionada, apresentamos a presente emenda modificativa, que aponta num critério, a nosso juízo adequado e justo para a nossa realidade.

Em discussão o projeto e a emenda.

O projeto volta para a Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, retorna ao Plenário.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 421/91, de autoria do Deputado Albino Corazza e outros, isenta os municípios de custas no registro de matrículas imobiliárias, de certidões negativas de protestos, concordatas e falências, bem como de certidões de registro de imóveis. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 426/91, de autoria da Deputada Emília Belinati, o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor GEORGE CRAIG SMITH, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/91, de autoria do Deputado Renato Adur, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA CACHOEIRA, de Almirante Tamandaré-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/91, de autoria do Deputado Dobrandino C.da Silva e outros, que corrige a redação do Art. 1º da Lei nº 9370 de 13.09.90, conforme especifica. (Criação do município de Mercedes). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 049/91, de autoria da Comissão de Consti-

tução e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Em discussão.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Na Sessão anterior em que o referido Projeto entrou em pauta e da mesma forma o Projeto 050/90 com mesmo teor, nós fizemos indagações pedindo esclarecimentos sobre as circunstâncias que motivaram a apresentação dos dois referidos Projetos de Resolução, e lamentavelmente não nos foi dada qualquer explicação e a nossa preocupação refere-se ao fato de estar esta Casa, autorizando o Governo do Estado do Paraná, a alienar imóveis a particulares num momento em que o Governo cria através do orçamento do Estado, uma rubrica, objetivando adquirir imóveis rurais para assentamento.

Então nós entendemos que esses Projetos à primeira vista são incoerentes com a posição do Governo do Estado do Paraná, entendemos que os imóveis e as áreas a que se destinam essas alienações poderiam ser utilizadas para assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terras já que são imóveis do Estado do Paraná, que inclusive não criariam nenhum ônus para o Estado, muito pelo contrário, hoje a "Folha de São Paulo" traz um levantamento do Governo do Estado de São Paulo, que eu acho que o Governo do Paraná poderia inclusive adotar um caminho semelhante demonstrando que nos assentamentos de trabalhadores rurais de sem terras realizados no País, no estudo econômico demonstrou em apenas dois anos e meio de assentamentos que a produção e o respectivo recolhimento de impostos ao Estado acaba na verdade por pagar o próprio investimento realizado no assentamento, ou seja, dois anos e meio e o Estado através simplesmente da geração de impostos, oriundas da produção, consegue reaver todo dinheiro dispendido e aplicado no assentamento de famílias de sem-terras.

É por isso que dentro desse princípio, por coerência a Bancada do Partido dos Trabalhadores registra a falta de uma explicação satisfatória, registramos portanto, o nosso voto contrário ao Projeto de Resolução 049 e 050/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Aprovado.

Com os votos contrários dos Deputados da Bancada do PT e Bancada Independente.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 050/91, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.O.P.T.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

Com os votos contrários da Bancada do PT e Bancada Independente.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 064/91, de autoria da Comissão Executiva, que retifica a Resolução n° 009/91, de 1° de janeiro de 1991. (Imóvel). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.E. e C.C.J., por unanimidade.

Em discussão.

O SR. DR. ROSINHA (Para encaminhar) - É muito semelhante ao que ocorre nos dois Projetos anteriores. Analisando o parecer assinado pelo relator José Tavares, no seu último parágrafo, escreve o relator: Convencidos pela documentação anexa de que houve um lapso de impressão quando da publicação da Resolução n° 009/91, manifestamo-nos pela retificação da mesma.

Nós fomos analisar a documentação e o que consta não foi lapso, em absoluto. Eu passo a ler a mensagem n° 214/90 enviada a esta Casa de Leis pelo então Governador Álvaro Dias. Diz o seguinte: (Lê)
"MENSAGEM N° 214/90

Curitiba, 27 de novembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Augusta Assembleia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54 inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a alienar à União, o imóvel constituído do lote n° 139, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, neste Estado, com área de 1.318.7580 hectares."

Ou seja, não houve lapso na documentação. O Senhor Governador Álvaro Dias provavelmente cometeu um erro ao enviar a mensagem a esta Casa.

Como nos dois casos anteriores no Projeto de Resolução 049 e 050 que também transferem terrenos do Estado para o setor particular, este transfere terreno do Estado para a União sem que nós, da Bancada, tenhamos uma explicação maior para isso.

Dado o déficit de terra no Estado do Paraná, alegado pelos nossos governantes, para a reforma agrária, nós também votaremos contrário a este projeto porque nós entendemos que é transferência de terra pública que poderia ser usada para assentamento dos trabalhadores rurais sem-terra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra a discussão.

Em votação.

Aprovado com os votos contrários da Bancada do PT e Bancada Independente.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 458/91, de autoria do Deputado NEIVO BERLALDIN, declara de Utilidade Pública a APDEC - ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS DEFICIENTES DE COLOMBO/PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 127 de 03.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 458/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Neivo Beraldin, objetiva declarar de Utilidade Pública a APDEC - ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS DEFICIENTES DE COLOMBO, com sede e foro naquela cidade.

Procedida à análise constitucional e regimental da proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, sendo que a matéria está de conformidade com os preceitos da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita normas para a declaração de Utilidade Pública.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu Parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do plano de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 470/91, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, declara de Utilidade Pública a UNIÃO ESPÍRITA CAIRBAR SCHUTEL/ALBERGUE NOTURNO MÚCIO BENEDITO LIMONGI PEREIRA, com sede e foro na Cidade de Porecatu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 132 de 14.10.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 470/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado José Tavares, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a UNIÃO ESPÍRITA CAIRBAR SCHUTEL/ALBERGUE NOTURNO MÚCIO BENEDITO LIMONGI PEREIRA, com sede e foro na cidade de Porecatu.

O projeto está elaborado em conformi-

dade com as disposições regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma atende as especificações contidas na Lei n. 6.995 que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifeste favoravelmente à tramitação do projeto.

Sala das Comissões, em 29.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 026/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA NETO, autoriza a realização de plebiscito no município de Tupãssi, para que a população decida sobre a criação do município de Jotaesse, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., SUBSTITUTIVO GERAL favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 37 de 16.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 026/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Albino Corazza Neto, chega a esta Comissão o Projeto de Resolução em epígrafe, juntamente com a emenda substitutiva geral que autoriza a realização de plebiscito no município de Tupãssi, para que a população decida sobre a criação do município de Jotaesse, conforme limites e confrontações descritos.

O referido projeto está elaborado de acordo com as normas regimentais desta Casa, estando devidamente justificado.

Quanto a questão legal, o mesmo cumpre a todas as exigências contidas na Lei Complementar n. 56/90, inclusive quanto a representação dirigida à Assembleia, conforme o art. 3° da referida lei.

Por estas razões, somos pelo parecer favorável, opinando pela tramitação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J.

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, no Município de Tupãssi, para que a população decida sobre a criação do município de JOTAESSE, com sede na localidade do mesmo nome, na área adiante

descrita obedecendo os seguintes limites:

Com o Município de Tupãssi

começa no cruzamento da divisa da Colônia Pindorama na Estrada Municipal Toledo-São Roque da Memória; segue por estrada até o seu cruzamento com a Estrada Municipal Paraguaia; deste ponto segue pela referida estrada até o seu cruzamento com a Estrada Novo Horizonte, segue pela mesma até o Povoado Quatro Bocas. Continua pela referida estrada até o seu cruzamento com o córrego Novo Horizonte; desce pelo mesmo até sua foz no Rio Memória; sobe pelo Rio Memória até a Estrada Municipal Ramal Tico-Tico, daí pelo Ramal Tico-Tico até o seu cruzamento com a Estrada Central; segue pela Estrada Central até o seu cruzamento com o Rio Verde ou Boi Piguá, ponto de divisa entre os municípios de Tupãssi e Nova Aurora;

Com o Município de Nova Aurora

começa no cruzamento da Estrada Central no Rio Verde ou Boi Piguá; sobe por este até as divisas entre as Glebas 6 e 5 da Colônia Pindorama; divisas entre os municípios de Nova Aurora e Cafelândia do Oeste;

Com o Município de Cafelândia do Oeste

começa na divisa das Glebas 6 e 5 da Colônia Pindorama do Rio Verde ou Boi Piguá sobe por este até a sua confluência com o Córrego Azul ou Fartura, sobe pelo Córrego Fartura até as divisas dos lotes 118 e 119, segue deste ponto pelas divisas entre os lotes 114 e 120, 63 e 62, 42 e 41-C, 43 e 40 até a Estrada PR.014, divisas entre os Municípios de Cafelândia do Oeste e Cascavel;

Com o Município de Cascavel

começa no ponto acima descrito na PR-014, segue pela estrada PR-014 no sentido Cascavel, segue por esta até o seu cruzamento com a Estrada que vai ao Povoado denominado "Espigão Azul", passando por este, até o seu cruzamento no Rio Azul ou Boi Piguá; sobe por este até o Córrego São José e por este até o seu cruzamento com a antiga Estrada Cascavel - Toledo; segue por esta no sentido de Toledo até um ponto próximo ao Povoado denominado "Esquina Memória";

Com o Município de Toledo

começa num ponto da antiga Estrada Cascavel - Toledo próximo a um povoado denominado "Esquina Memória", deste ponto em linha reta e seca no sentido Sul-Norte até a nascente do Arroio Silvestre ou Rio Memória; desce por este até as divisas de Terras da Fazenda Britânia (exclusive) com a Colônia Pindorama (inclusive), segue por esta divisa até a Estrada Toledo-São Roque da Memória, ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.01.91

(a) ALBINO CORAZZA

Apoiamto: Geraldo Cartário, Nilton Barbosa, Cezar Silvestri e Luiz Carlos Martins.

JUSTIFICATIVA:

Acolhendo especificações territoriais e populacional atualizadas do IBGE, e com a finalidade de manter o presente projeto de resolução em conformidade com a legislação em vigor, para criação de Município, propomos as alterações mencionadas.

Sobre a mesa, requerimento de n. 2928, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2936, 2935, 2934, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2932 e 2931, de autoria dos Senhores Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL - (Para encaminhar)

Apenas lembrando aos Deputados desta Casa, que nós requeremos à Mesa da Assembleia, que concedesse após a sessão um espaço na tribuna para que o Presidente da Federação dos Bancários do Estado do Paraná, Sr. Gladir Basso, pudesse expor a todos nós a preocupação da categoria com relação a essas denúncias de demissões que estão ocorrendo aqui no Estado do Paraná, em especial no Banco do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Como tem agido democraticamente o Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, esta Presidência libera por 10 minutos ao final desta Sessão a palavra ao Senhor Gladir Basso, Presidente da Federação dos Bancários do Paraná.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar)

Na qualidade de Líder do PDT, falando em nome dos Deputados filiados ao partido de Leonel Brizola, eu me associo a preocupação do Presidente do Sindicato expressa no requerimento do Deputado Pudell, sobre as repetidas e numerosas demissões no Banco do Estado do Paraná.

Nós não podemos permitir que o Governo através de sua instituição oficial bancária, se transforme num indutor do caos social, num indutor da desordem social e nós não podemos permitir que o discurso anti-desemprego do Governador Roberto Requião encontre um oponente exatamente no Banco do Estado.

Consta que as demissões já seriam mais de cem ou pelo menos anunciadas em torno de 100 e os sindicalistas se preocupam e se preocupam com justa causa, porque se preocupam em favor da manutenção do emprego, o que é muito mais forte até do ponto de vista de reivindicação, do que as reivindicações salariais.

De maneira que eu me associo ao autor do requerimento e acho que a própria banca do PMDB, não há de ser indutora de um processo de desgraça, de queima de quadros trabalhistas, de quadros funcionais dentro do Banco do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em votação o requerimento.
Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Apenas para comunicar aos Deputados que votaram favoravelmente a este requerimento, a exemplo de nós que também votamos, de que há alguns dias, pelo menos há uns quinze dias, nós temos mantido contatos com a direção do Banco do Estado, a fim de que nos esclareça sobre a situação que vem sendo vivida por alguns servidores que estão com riscos de serem demitidos.

A diretoria do Banco tem analisado de que em toda a história do banco sempre houve demissões e que se elas estão acontecendo no presente momento elas o são em função de determinações da diretoria do banco, em função das necessidades do banco de ajustar o seu funcionamento.

Mas nós estaremos mais atentos ainda a partir de hoje, tendo em vista a informação que nos chega de que estaria ocorrendo demissão em massa, porque o que nós temos conhecimento são algumas demissões, como também no governo como um todo algumas demissões poderão acontecer aqui ou acolá, em secretarias ou departamentos do Estado como um fato normal da gestão pública de um governo.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Requerimento de n. 2937, de autoria dos Senhores Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, quem sabe fazendo o encaminhamento como semana passada, dando esse esclarecimento possa ser votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Lamento, mas dentro do que preceitua o Regimento, solicitado para discutir só se encaminhará na sessão de amanhã.

Requerimento de n. 2939, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2938, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Deferido.

Requerimento de n. 2933, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n.^{os} 458 e 470/91 e do Projeto de Resolução n.^o 026/91.

Levanta-se a sessão.